

9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**O DISCURSO MIDIÁTICO E O MERCOSUL: OS POSICIONAMENTOS DA
IMPrensa BRASILEIRA SOBRE O INGRESSO E A SUSPENSÃO DA
VENEZUELA DO MERCOSUL**

LEANDRO ALMEIDA LIMA

leandro.almeida.lima@usp.br

Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP/USP)

Área temática: Opinião Pública e Comunicação Política

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideú, 26 a 28 de julho de 2017.

O Discurso Midiático e o MERCOSUL: os posicionamentos da imprensa brasileira sobre o ingresso e a suspensão da Venezuela do MERCOSUL

Leandro Almeida Lima¹

Resumo: A imprensa é um importante ator político nas atuais sociedades democráticas, sendo capaz de influenciar segmentos do debate público. Destaca-se na política externa o tema da integração regional em razão de seus impactos econômicos e de sua centralidade nas estratégias de inserção internacional. No Brasil, a principal iniciativa deste tipo é o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a imprensa nacional não se omitiu ao seu último grande passo institucional: a participação da Venezuela no bloco. Este artigo analisa as posições editoriais dos principais jornais diários brasileiros (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*) sobre a entrada venezuelana no MERCOSUL (2006-2012) e as recentes sanções a ela impostas (2016). Os dois episódios também são de interesse analítico por refletirem dois momentos distintos do posicionamento oficial brasileiro em relação à Venezuela. A análise é realizada sobre o quadro teórico da Análise de Discurso de tradição francesa com o auxílio de ferramentas metodológicas da análise textual dos discursos para a apreensão e discussão dos conteúdos editoriais. Os resultados indicam que os três jornais convergem na oposição ao ingresso da Venezuela e na crítica ao discurso oficial brasileiro à época, porém divergem sobre a imposição de sanções. A *Folha de S. Paulo* se diferencia dos demais veículos uma vez que é o único a condenar as sanções, a mobilizar argumentos baseados nas tradições da prática diplomática brasileira e a adotar posicionamento crítico ao discurso oficial do governo brasileiro em ambos os episódios analisados.

Palavras-chave: Discurso; Mídia; MERCOSUL.

¹ Este trabalho foi apresentado por Leandro Almeida Lima oralmente no evento científico 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política que ocorreu de 26 a 28 de julho de 2017 em Montevideú. Leandro é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

1. Introdução

A imprensa é um importante ator político nas atuais sociedades democráticas, havendo todo um conjunto de literatura especializada afirmando que ela é capaz de influenciar segmentos do debate público em diversos temas por sua capacidade de influir no agendamento de quais tópicos serão discutidos e também em que termos o debate ocorrerá (McCombs e Shaw, 1972; Tuchman, 1978; Gitlin, 1980; Iyengar e Kinder, 1987; Scheufele e Tewksbury, 2007), além de intervir no processo de formulação de políticas (Soroka et al, 2013). Desta forma, o estudo das ações e preferências políticas da imprensa é de alta relevância como agenda de pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais. Tal comportamento e importância dos veículos de comunicação não se restringem apenas à política doméstica, mas se estendem à política externa (Soroka, 2003; Cohen, 2015).

Apesar de muitos temas internacionais serem assépticos em termos de geração de debate público, há aqueles que se destacam e isto é especialmente verdadeiro naquelas iniciativas externas que suscitam controvérsia em razão de seus impactos para os cidadãos e efeitos econômicos para o país, como, por exemplo, as estratégias de integração regional. Neste sentido destaca-se o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que é a principal fonte de superávit comercial para o Brasil e também é grande consumidor de produtos manufaturados nacionais (Palácio do Planalto, 2015). O MERCOSUL é a mais importante ação em integração regional do Brasil, provocando a mobilização de agentes políticos e econômicos acerca do tema. Assim, a grande imprensa² não deixaria de expressar suas avaliações a cada passo do desenvolvimento institucional do bloco. O último grande passo foi o processo de alargamento do bloco com a entrada da Venezuela no grupo, bem como as recentes sanções a ela impostas.

Tendo isto em consideração, esta nota de pesquisa se debruça sobre o estudo dos discursos editoriais dos principais jornais diários brasileiros sobre estes episódios da trajetória venezuelana no MERCOSUL, com destaque à forma de como tais discursos medeiam o diálogo dos periódicos (enquanto agentes políticos) com o Estado e como se situam na divergência entre grandes correntes políticas debatendo o papel do MERCOSUL e a postura do Brasil em relação a ele, o que ilumina ainda o posicionamento da imprensa sobre outros temas correlatos e fundamentais como a

² A concepção de grande imprensa é dada adiante.

inserção regional do país e a ideologização da política externa. O detalhamento e a justificativa do objeto são mais bem trabalhados na subseção seguinte.

Em relação ao quadro teórico, a pesquisa parte da Análise do Discurso, particularmente a de tradição francesa, com o auxílio de ferramentas metodológicas da análise textual dos discursos para a apreensão dos conteúdos editoriais. A Análise do Discurso é uma disciplina que não se preocupa apenas com a linguagem ou apenas com seu contexto, na realidade ela visa articular o enunciado a certo lugar social. Os resultados preliminares tratam da questão linguística e indicam que os três jornais convergem na oposição ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL, porém divergem sobre sanções a ela impostas. A *Folha de S. Paulo* possui um comportamento peculiar, pois não apresenta um posicionamento estável em relação a Caracas: o jornal discorda do ingresso venezuelano, mas também das sanções. Ao passo que os demais mantiveram sempre sua posição desfavorável à Venezuela, isto é, contra seu ingresso e a favor das penalidades³. Tal tratamento da superfície linguística dos discursos é importante tendo em consideração o todo do empreendimento de pesquisa por ser a primeira etapa da análise discursiva (Orlandi, 2009) que integra a pesquisa mais ampla na qual esta nota se insere.

2. Objeto

O objeto central desta nota de pesquisa é o conjunto de discursos editoriais acerca da entrada venezuelana no bloco (processo ocorrido entre 2006 e 2012) e as recentes sanções sofridas por Caracas (2016) no seu âmbito devidas oficialmente à incorporação incompleta de normas. São examinados todos os editoriais⁴ publicados e focados nestes episódios nos periódicos diários *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, cujos posicionamentos são tomados como representativos do posicionamento da imprensa *mainstream* nacional. A seleção destes veículos seguiu um critério de importância: estes possuem alcance nacional e atualmente são, naquela ordem, os maiores jornais diários do país de acordo com dados da Associação Nacional de Jornais em 2015. Excluídos os tabloides, uma vez que não são *quality newspapers* por focar suas coberturas na vida privada de indivíduos e em entretenimento (Uribe e Gunter,

³ O termo estabilidade se referirá ao longo deste trabalho como a situação em que o jornal é sistematicamente contrário à Venezuela no MERCOSUL, ou seja, quando é contrário ao seu ingresso no bloco e favorável à suspensão.

⁴ Os três veículos publicaram um total de 18 editoriais focados na integração venezuelana, sendo 7 da *Folha de S. Paulo*, 6 d'*O Estado de S. Paulo* e 5 d'*O Globo*. A lista completa é apresentada adiante.

2004), os jornais mencionados são os que mais circulam no Brasil, tendo suas circulações pagas por ano atingindo 193.079, 189.254 e 157.761 exemplares, respectivamente (ANJ, 2015)⁵.

Vale realizar um par de apontamentos em relação ao recorte proposto no objeto. Em primeiro lugar, a pesquisa da qual esta nota faz parte almeja compreender os discursos dos periódicos que de fato se destaquem no cenário midiático nacional. Apesar de outros veículos, sobretudo revistas, proporcionarem visões mais contrastantes em comparação aos veículos selecionados, eles não possuem a mesma estatura no diálogo estabelecido com o poder – o Estado, seus tomadores de decisão, e mesmo líderes políticos. O cenário midiático brasileiro é fortemente caracterizado pela sua concentração em grandes grupos empresariais (Azevedo, 2006; Lima, 2012), e além do critério da circulação, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* integram estes poucos conglomerados, o que reforça a representatividade desta seleção. Privilegiou-se, portanto, a relevância do veículo. Em segundo lugar, optou-se pela análise de editoriais porque, como expressão oficial das organizações de mídia, eles são a forma mais clara de investigar as identidades da imprensa (Le, 2010) e, sobretudo, são o gênero jornalístico pelo qual a imprensa trava diálogo com o poder (Melo, 2003), que é relevante dado que a pesquisa busca localizar a imprensa como agente político no embate discursivo em política externa.

2.1 Justificativa

A escolha do foco acerca do ingresso venezuelano, em detrimento de outro tema de política externa ou integração regional, é interessante por ser um tema significativo em termos de impacto econômico e desencadeamento de forte debate público, polarizando as posições de atores políticos. Em relação ao primeiro aspecto, importante notar que a integração regional está proximamente relacionada às estratégias de desenvolvimento social e econômico do país. O MERCOSUL é notável exemplo disso. Dados do Palácio do Planalto em julho de 2015 revelam que o bloco é a principal fonte de superávit comercial do Brasil e que tal superávit superou os US\$ 2 bilhões nos primeiros seis meses daquele ano. Ainda, dos US\$ 20,4 bilhões exportados para o MERCOSUL em

⁵ Os dados mais recentes disponibilizados se referem a este ano e, de toda forma, o *ranking* de jornais aponta os mesmos três veículos ao longo da última década, quando o processo de integração venezuelano ocorreu.

2014, mais de 80% corresponderam a produtos manufaturados (Palácio do Planalto, 2015).

No que se refere ao debate público, a trajetória venezuelana no MERCOSUL se traduziu no Brasil em controvérsia política, e é exatamente isto que a torna singular e relevante para a pesquisa. A produção acadêmica até o momento sobre a Venezuela no MERCOSUL é outro ponto que faz a perspectiva desta pesquisa relevante. A literatura no Brasil tem abordado com frequência seus aspectos político-econômicos (Teruchkin, 2006; Barbosa, 2008; Briceño-Ruiz, 2010; Feliú e Amorim, 2011; Arce e Da Silva, 2012; Goldzweig, 2013; Lafer, 2013), porém ainda pouco se discute das perspectivas midiáticas ou discursivas deste tema. A única análise especificamente voltada para a imprensa foi um trabalho de conclusão de curso na Universidade Federal da Paraíba, em que o autor cataloga as publicações dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e as analisa de forma breve e ainda pouco sistematizada (Lira, 2016). Isto é um reflexo do estado atual da produção dedicada à cobertura da mídia em política externa ou internacional em geral, que ainda é incipiente e recente.

Contribuir para mitigar esta lacuna ressalta a importância desta pesquisa, uma vez que a atestada centralidade dos meios de comunicação na vida política contemporânea no Brasil (Miguel 2002; Azevedo, 2006; Ruiz, 2010; De Lima, 2012) coincide com um processo paulatino de maior permeabilidade no processo de formulação da política externa brasileira a atores de fora da administração pública. A prática diplomática nacional foi tradicionalmente conhecida pelo insulamento institucional do Ministério de Relações Exteriores (MRE), contudo a literatura aponta o desenrolar da tendência contrária em razão dos efeitos da globalização e da redemocratização, gerando crescente pluralização de atores (Casarões, 2012) ou “desencapsulamento” da política externa (Pimenta de Faria, 2008). Milani e Pinheiro (2013) chegam a afirmar que não cabe mais enquadrar a política externa brasileira como insulada e imune ao debate público. A imprensa e um dos atores que potencialmente ganham espaço neste processo e, portanto, é inadequada a escassez de trabalhos a lidar com os discursos jornalísticos em temas de política externa, integração regional e política internacional.

2.2 O contexto

Após o lançamento do MERCOSUL em 1991 e sua institucionalização gradual nos anos seguintes, um marco notável de sua trajetória institucional foi o alargamento do

bloco com a adesão da Venezuela. Este foi um processo bastante tortuoso e conflitivo que teve início no começo dos anos 2000, quando o presidente venezuelano Hugo Chávez sinalizou o interesse de Caracas de se juntar ao grupo (Teruchkin, 2006), tendo o pedido formal se realizado em outubro de 2005 durante a XV Cúpula Ibero-americana de Salamanca. Logo em dezembro do mesmo ano, o Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL aprovava a requisição pela decisão número 28/05, cujo resultado foi a assinatura do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL em 4 de julho de 2006. As negociações para o ingresso venezuelano entre os Executivos ocorreram de forma surpreendentemente rápida (Rios e Maduro, 2007), mas o processo ainda deveria ser ratificado pelos Legislativos nacionais dos quatro membros fundadores. E é neste ponto onde a adesão de Caracas se torna tortuosa e desencadeia efetivo conflito político, apesar do forte apoio de Lula à medida.

No caso brasileiro, o mais pertinente para esta pesquisa, a ratificação congressional do tema foi motivo de rara polarização política em assuntos externos nas duas casas entre base aliada e oposição (Goldzweig, 2013). A tramitação se iniciou formalmente em 26 de fevereiro de 2007 quando o Executivo submeteu à apreciação parlamentar o MSC 82/2007, tendo o processo completo se arrastado por quatro anos. Goldzweig (2013) realizou um ótimo rastreamento da tramitação bem como dos eventos exteriores ao Congresso que a perturbaram até a aprovação. O primeiro momento crítico que gerou mobilização da oposição, à época liderada por PSDB e DEM, foi uma reação parlamentar a não renovação por parte de Chávez da *Radio Caracas Televisión*, episódio interpretado como ataque à liberdade de imprensa que desqualificava Caracas em termos democráticos. O presidente venezuelano reagiu e agravou o impasse com a oposição brasileira ao acusá-la de supostamente se subordinar aos interesses norte-americanos. PSDB e DEM, então, se mobilizaram de forma a obstruir as votações até que Chávez se retratasse. Sua negativa em se desculpar fez prosseguir o impasse (Goldzweig, 2013).

Em meio à controvérsia e à incerteza da base governista de que teria votos suficientes para aprovar a matéria, decidiu-se adiar as votações e, em novembro de 2007, o projeto já não figurava na lista de prioridades do Congresso (Goldzweig, 2013). Houve a retomada no ano seguinte, já com a situação mais calma, e a matéria conseguiu ser aprovada em dezembro de 2008 na Câmara dos Deputados e na representação brasileira no Parlamento do MERCOSUL apesar das contínuas críticas oposicionistas,

sendo remetida então ao Senado. Tampouco nesta casa a tramitação foi tranquila. A incompatibilidade da Venezuela com as cláusulas democráticas do bloco foi novamente levantada quando Chávez aprovou em um referendo o direito à reeleição presidencial indefinida no país (Goldzweig, 2013). O senador Tasso Jereissati chegou a apresentar medida em outubro de 2009 pela rejeição da adesão venezuelana em função de violações à democracia, medida esta que foi repelida pela base. A adesão de Caracas ao MERCOSUL foi finalmente aprovada no plenário do Senado em 15 de dezembro de 2009. A partir desse momento, a entrada venezuelana estaria apenas dependente dos parlamentares paraguaios, que ainda analisavam a matéria.

Em termos de argumentos mobilizados, houve duas grandes linhas em confronto. A posição oficial da administração Lula e de suas lideranças parlamentares foram ancoradas nos benefícios econômicos propiciados pela incorporação da Venezuela. O chanceler Celso Amorim (apud Feliú e Amorim, 2011) enfatizou durante discurso ao Senado no ano de 2009 que a Venezuela, apesar de ser um mercado almejado por grandes exportadores mundiais, está aberta a abrir tal espaço aos fornecedores de bens e serviços brasileiros. Amorim também ressaltou a inserção de manufaturados nacionais no mercado venezuelano e a oportunidades de o Brasil diversificar sua pauta exportadora àquele país. Já em relação aos aspectos democráticos de Caracas, governistas afirmavam que o futuro da integração iria além do então regime venezuelano. Por outro lado, opositores de Caracas argumentavam baseados nas dificuldades que Chávez traria para a integração democrática no bloco e para a assinatura de acordos com parceiros externos. Também acusavam o governo de ideologizar a política externa para beneficiar Caracas (Feliú e Amorim, 2011; Goldzweig, 2013).

Durante todo este processo, a postura de Brasília permaneceu favorável a Caracas. Porém, isto claramente muda após a queda da ex-presidente Dilma Rousseff. A política externa de Michel Temer e de seus chanceleres José Serra e Aloysio Nunes – ambos do PSDB, que tanto havia criticado a adesão venezuelana – marca uma significativa virada. O primeiro episódio em que isso se materializou foi a negativa do Brasil em aceitar que Caracas assumisse a presidência rotativa do MERCOSUL durante o segundo semestre de 2016. Serra afirmou publicamente em diversas ocasiões que o ingresso venezuelano no grupo ocorreu de forma irregular e que o país não cumpria as exigências democráticas necessárias (Agência Brasil, 2016a). De fato, os quatro membros

fundadores acabaram exercendo a presidência de forma colegiada e, além disto, declararam um prazo (1º de dezembro de 2016) para que Caracas cumprisse com todas as pendências que tinha em relação à incorporação interna de normas do MERCOSUL. Sob a argumentação do não cumprimento de normas, a suspensão da Venezuela do bloco foi anunciada por Serra já no dia seguinte ao prazo (Agência Brasil, 2016b).

3. Referencial teórico e metodológico

Mostrado o objeto, parte-se agora para o detalhamento da opção pelo quadro teórico e metodológico. Há muitas formas de se estudar a linguagem, fazendo que esta temática mobilize teóricos de diversas áreas do conhecimento. Como já mencionado, a pesquisa se fundamenta na Análise do Discurso de linha francesa e esta seção se dedica a brevemente explorá-la de forma a esclarecer como tal perspectiva é interessante para a compreensão do objeto de estudo proposto.

O campo teórico do discurso começou a se desenvolver nos anos 60 a partir de pesquisas esparsas que paulatinamente foram convergindo e delineando um campo mais bem definido após os 80. Foi particularmente na França onde a Análise do Discurso foi definida, sob esta designação, como “um empreendimento ao mesmo tempo teórico e metodológico específico” (Maingueneau, 2015, p. 18). A disciplina evoluiu marcada por três concepções norteadoras, quais sejam a de expandir os objetos de análise para além dos gêneros literários, a apropriação de ferramentas linguísticas para apreensão de estruturas textuais e o estabelecimento do objetivo de compreender os textos a partir das situações sócio-históricas (o contexto) nas quais aqueles são produzidos (Brandão, 2012; Maingueneau, 2015). É interessante se atentar a cada uma destas três concepções antes de partir para análise textual dos editoriais.

A expansão do escopo dos estudos discursivos para além dos gêneros literários permitiu que diversas disciplinas das ciências sociais e humanas – como a ciência política – incorporassem o discurso em suas agendas de pesquisa, balanceando o então predomínio das ciências da linguagem (Maingueneau, 2015). Esta expansão ocorreu de forma a incluir os discursos midiáticos no radar de investigação dos discursivistas. Charaudeau (2015) se dedicou ao estudo do discurso das mídias e as descreveu como instituições peculiares de produção do discurso por estarem submetidas a uma lógica tanto comercial, que busca público e resultados financeiros, quanto simbólica, cujo papel é regular o sentido social e construir sistemas de valores. Para o autor, as mídias

detêm parcela do poder social por tornar outros sujeitos dependentes de suas informações. O discurso midiático, portanto, é um gênero válido no campo da Análise do Discurso.

Já a apropriação de ferramentas linguísticas permite à Análise do Discurso cobrir o pressuposto polissêmico de que o sentido de enunciados não possui direção fixa e apreensível apenas por frequência de palavras (Brandão, 2012). Apesar da ausência de consenso metodológico entre as diversas correntes de Análise do Discurso, os procedimentos linguísticos se sobressaem uma vez que contribuíram para a evolução da área como disciplina e lhe proveram meios de analisar de maneira criteriosa as estruturas textuais (Maingueneau, 2015). Seguindo esta perspectiva, o presente trabalho examinará os materiais editoriais pela linguística textual já que esta descreve e revela as unidades textuais e suas operações de encadeamento e segmentação nos enunciados. Jean-Michel Adam (2011, p. 63) afirma sobre a linguística textual que ela “tem como papel, na Análise do Discurso, teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui texto”. A aplicação de alguns princípios da linguística textual será feita na próxima seção do trabalho.

Por fim, a terceira dimensão é interessante de ser notada em vista da investigação maior na qual esta nota de pesquisa se insere. O propósito da Análise do Discurso de tradição francesa não é somente descrever os aspectos internos ou linguísticos do discurso, mas, sobretudo, relacionar o sentido das produções textuais aos contextos extralinguísticos (sócio-históricos) e às identidades das instituições produtoras do discurso (Brandão, 2012; Maingueneau, 2015; Charaudeau, 2015). Esta nota de pesquisa é um ponto de partida para a investigação maior justamente por se ater apenas aos aspectos intralinguísticos: a superfície textual dos editoriais. O desenvolvimento posterior da pesquisa e o aprofundamento da compreensão do *corpus* e de suas origens se basearão em um traço fundamental da perspectiva discursiva de Maingueneau (2008), em especial, é a sua noção de primado do interdiscurso. Para o autor, o interdiscurso precede o discurso: este se constitui pela interação de diversos outros discursos, sejam relações de aliança ou de conflito (Maingueneau, 2008). São estas relações interdiscursivas que serão futuramente investigadas a partir do ponto de partida aqui apresentado.

4. Análise dos editoriais

Os achados preliminares apresentados nesta seção correspondem à base linguística dos editoriais publicados por *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* dedicados ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL e às sanções sofridas pelo país no âmbito do bloco. Esta parte da pesquisa é de grande importância porque, como informa a discussão de Orlandi (2009) sobre métodos, o tratamento da superfície linguística é a primeira etapa da análise discursiva. Trabalhar a materialidade linguística é verificar como o discurso se textualiza, o que mostra em sua sintaxe, permitindo transformar a superfície linguística em objeto discursivo (Orlandi, 2009). Conforme comentado e justificado anteriormente, realizou-se aqui um tratamento dos editoriais a partir da utilização de ferramentas da linguística textual, particularmente pela ótica de suas sequências argumentativas.

Como discutido, o editorial é gênero textual opinativo e, portanto, argumentativo. Beltrão (1980) caracteriza sua estrutura como marcada pela impessoalidade, condensação das ideias, foco nas afirmações e não nas demonstrações e pela repetição regulada de ideias e conceitos. Do ponto de vista linguístico-textual, sequências⁶ argumentativas são marcadas por movimentos de demonstração de uma tese e refutação de outra em que procedimentos argumentativos conectam dados, premissas e fatos a alguma asserção conclusiva (Adam, 2011). Sequências de outras naturezas como a descritiva, a narrativa ou a explicativa eventualmente surgem como suporte à sequência argumentativa dominante, que estrutura o conjunto do texto como no esquema modelo abaixo (não necessariamente a ordem é rigidamente seguida):

<i>Tese Anterior + Dados e Fatos (sustentados por argumentação) → Portanto → Conclusão/Tese</i>
--

O esquema acima será um guia para a apreensão e comparação sistemática das argumentações. É pela estrutura da sequência argumentativa e de seus três componentes (Tese Anterior; Dados e Fatos; Conclusão ou Tese) que os periódicos serão analisados, primeiramente de forma individual e, depois, comparada. A Tese Anterior se trata de uma ideia com a qual o texto dialoga e que permite o início da argumentação pela sua refutação. Dados e Fatos se tratam da natureza de elementos invocados para sustentar a

⁶ Sequências são agrupamentos de enunciados que, a depender de suas características e funções, podem ser de natureza descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa ou dialogal. Combinações entre elas são possíveis (Adam, 2011).

refutação à Tese Anterior e a asserção da sua Conclusão própria, sendo esta asserção (ou o conjunto delas) fundamental que o discurso visa impor. Analisa-se pelas sequências uma vez que elas regem textos de natureza editorial e, portanto, outras sequências ou elementos linguísticos de outra ordem (expressões como conectores, organizadores textuais, marcadores de tempo) surgem apenas submetidos à lógica argumentativa e tem por função sustentá-la. A observação da estrutura sequencial como um todo permitirá o exame organizado dos posicionamentos substantivos e da evolução de posicionamentos entre os jornais analisados sobre os dois temas propostos, quais sejam o processo de incorporação venezuelana ao MERCOSUL e as posteriores sanções.

No total, foram considerados 18 editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* cujos focos recaem especificamente nos temas mencionados:

Quadro 1 – Editoriais analisados			
Editorial	Tema	Data	Referência
<i>Folha de S. Paulo</i>			
Pés de barro	Entrada	06/07/2006	F1
A última de Chávez	Entrada	05/07/2007	F2
O melhor é dizer não	Entrada	25/11/2007	F3
Convite ao tumulto	Entrada	30/10/2009	F4
Sem rumo no Mercosul	Entrada	02/08/2012	F5
Impasse no Mercosul	Sanções	12/07/2016	F6
Novo tom no Mercosul	Sanções	16/09/2016	F7
<i>O Estado de S. Paulo</i>			
O Mercosul bolivariano	Entrada	05/05/2009	E1
O desmonte do Mercosul	Entrada	06/07/2012	E2
Um claro não a Maduro	Sanções	16/08/2016	E3
Mercosul livre de Maduro	Sanções	15/09/2016	E4
Uma chance para o Mercosul	Sanções	21/10/2016	E5
A Venezuela e o Mercosul	Sanções	03/12/2016	E6
<i>O Globo</i>			
Hora inadequada	Entrada	28/07/2006	G1
Desagregador	Entrada	04/05/2009	G2
Venezuela entra pela janela do Mercosul	Entrada	31/07/2012	G3
Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro	Sanções	07/07/2016	G4

Mercosul deve mesmo pressionar a Venezuela	Sanções	21/07/2016	G5
Fonte: portais <i>online</i> dos jornais mencionados e Biblioteca do Senado. Quadro elaborado pelo autor.			

Segue-se, então, para a análise das sequências argumentativas desenvolvidas pelos veículos individualmente.

4.1 Folha de S. Paulo

A *Folha de S. Paulo* publicou 7 editoriais entre 2007 e 2016 focados na situação da Venezuela no MERCOSUL, cobrindo desde o processo de entrada até as recentes sanções às quais o país foi submetido. Os editoriais seguem a estrutura de sequência argumentativa citada anteriormente, apesar de não necessariamente naquela ordem. Tendo em vista os componentes da sequência (Tese Anterior; Dados e Fatos; Conclusão ou Tese), é interessante notar que apesar das avaliações sobre as teses anteriores e parte dos argumentos serem estáveis em todos os textos, o periódico introduz novos argumentos nos editoriais que discutem as sanções à Venezuela e disso extrai conclusões novas que em um primeiro momento poderiam ser consideradas inesperadas, apresentando desta forma um comportamento peculiar (ou instável) sobre o pertencimento venezuelano no MERCOSUL.

Os editoriais F3, F4, e F5, que discutem a entrada do país no bloco, foram publicados ao longo do período de tramitação do protocolo de adesão venezuelano no Congresso Nacional e apresentam bastante coerência entre si em termos de semelhança dos componentes da sequência argumentativa. A Tese Anterior refutada é claramente o discurso oficial da administração Lula sobre a natureza do sistema político venezuelano e a importância do comércio externo com o país caribenho. A Tese Anterior anunciada é a de que o propósito do ingresso da Venezuela no MERCOSUL é uma iniciativa de aproximação com o Estado venezuelano e seu potencial comercial, e não uma aproximação visando apoio ao então presidente Hugo Chávez. A atribuição de responsabilização por esta narrativa a Lula é clara pela utilização de marcadores de responsabilização enunciativa indicando que uma parcela do texto não é assumida pelo locutor (Adam, 2011), que no caso é o jornal. Em F3, utiliza-se o marcador “(...) diz Lula” e em F4 a Tese Anterior é referida como “de costume do presidente Lula”.

O discurso oficial brasileiro é avaliado como “irrealista” (F4) e “míope” (F5). A argumentação dos editoriais rejeita a Tese não somente pela responsabilização direta de

Lula, mas também desenvolvendo argumentos sobre a cooptação das instituições venezuelanas pelo governo Chávez, invalidando desta forma a possibilidade de separação entre o Estado venezuelano e o “regime chavista”. Os adjetivos desqualificadores são justificados pela enumeração de diversos dados e fatos sobre a natureza da política doméstica venezuelana, rejeitando a existência de um governo plenamente democrático. Listam-se características como a captura de instituições por Chávez, desrespeito a contratos e aumento do autoritarismo. A estratégia de denúncia por meio da responsabilização direta pessoal não é usada somente com Lula, mas também com seu homólogo venezuelano. A *Folha* expressa que o problema não é a Venezuela em si, afirma que “qualquer que seja o rótulo do regime, o problema tem outro nome. Chama-se Hugo Chávez” (F4).

Seguindo para o terceiro componente da sequência argumentativa sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL, o jornal conclui que a medida não é favorável ao desenvolvimento do bloco. Apoiado pelos dados levantados para questionar as regras do jogo político doméstico venezuelano, a *Folha* utiliza o conector argumentativo de conclusão “por tudo isso” (Adam, 2011), em F3, por exemplo, para introduzir a nova tese: o ingresso venezuelano permitirá que Chávez (novamente persiste a referência direta ao presidente, e não ao país de forma generalizadora) tenha poder de veto no MERCOSUL, tornando-o “ingovernável” (F3) e sujeito a “políticas erráticas” e “ideologização” (F5) que reduziriam a capacidade do bloco de aprofundar a integração e selar acordos com os Estados Unidos e União Europeia. Reivindica-se, portanto, a não entrada da Venezuela no grupo.

O interessante de notar nas próximas posições editoriais da *Folha* em F6 e F7, em que se discutem as sanções à Venezuela em 2016, é que apesar das recomendações anteriores contra a participação deste país no MERCOSUL, a sequência argumentativa é crítica ao governo brasileiro quando este apoia medidas retaliativas. As referências à Tese Anterior em F6 e F7 permanecem atreladas à narrativa oficial brasileira, só que não mais a de Lula, e sim a da administração atual de Temer. As sequências agora se constroem a partir da refutação da argumentação oficial de que a Venezuela deve ser punida, seja pelo impedimento de assumir a presidência rotativa seja pela sua suspensão do bloco, por não haver cumprido o prazo para a incorporação das normas da organização em seu sistema doméstico. O jornal refuta esta justificativa informando que o MERCOSUL apresenta uma frouxa tradição de respeito estrito às regras e prazos por

parte de seus membros fundadores, sendo a atitude contra a Venezuela um “precedente perigoso” (F6).

A estratégia argumentativa da responsabilização pessoal retorna nos editoriais F6 e F7, mas agora contra o chanceler José Serra. Enquanto o Itamaraty como organização é elogiado por abandonar a “indulgência” (F7) em relação à Venezuela e liderar os demais membros fundadores do bloco, a responsabilização pela narrativa equivocada do não cumprimento dos prazos é atribuída totalmente a Serra em pessoa e ainda o acusa de estar motivado por ambições eleitorais e convicções ideológicas. Após reforçar sua posição anterior de questionar Caracas por suas deficiências democráticas, a *Folha* o responsabiliza afirmando que o ministro “(...), contudo, preferiu o motivo mais frágil para levar adiante o que parece ser sua prioridade regional: isolar a Venezuela” (F7).

Este trecho é interessante não só por evidenciar a responsabilização, mas por introduzir a nova tese defendida pelos editoriais, que é a de que sancionar e isolar a Venezuela não é a solução para o impasse envolvendo o país. Em F6, o periódico invoca exemplos históricos e introduz uma curta sequência narrativa em suporte à argumentativa, lembrando que sanções contra Fidel Castro não foram efetivas em promover mudanças políticas em Cuba. O jornal ainda invoca as tradições da política externa brasileira como suporte à posição, alertando que Serra não deve esquecer o papel mediador e conciliador do Itamaraty. Sanções são representadas como medidas contraproducentes que não contribuem para solucionar os problemas domésticos venezuelanos e promover uma transição.

Importante notar que em F6 e F7 a *Folha* segue recorrendo a dados e fatos da situação política venezuelana para fundamentar suas posições, porém, ao construir sequências argumentativas baseadas na refutação e suporte de outras teses, modifica-se a posição sobre o pertencimento venezuelano ao MERCOSUL. Como havia existido a defesa de sua não entrada, se poderia esperar que não se opusesse à suspensão. No entanto, a estratégia de isolamento é rejeitada e, no conjunto dos editoriais, o jornal revela um posicionamento ambíguo sobre o pertencimento da Venezuela no MERCOSUL.

4.2 O Estado de S. Paulo

Assim como os editoriais da *Folha*, as 6 publicações d'O *Estado* também seguem sequências argumentativas nas quais é possível identificar o diálogo com uma Tese Anterior e a construção de argumentos que refutam pontos de vista concorrentes em favor de uma nova Conclusão própria. Diferentemente do periódico anterior, no entanto, os editoriais d'O *Estado* apresentam sequências muito semelhantes entre si em termos da natureza dos pontos de vista refutados e defendidos, ou seja, os pontos de partida e de chegada não possuem tantas nuances ou mesmo viradas de argumentação contra-intuitivas como na *Folha*. Como será mostrado, o jornal teve comportamento estável em relação ao pertencimento da Venezuela no MERCOSUL, posicionando-se contra ele de forma estável ao longo dos posicionamentos.

Como no caso anterior, a Tese Anterior cuja refutação inicia a sequência argumentativa está atrelada ao posicionamento oficial brasileiro. Porém, no caso d'O *Estado* há um fator de continuidade importante, que é a referência contínua às teses das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência (enquanto a *Folha* realinhou suas críticas ao governo Temer nos editoriais finais). Sobre a entrada venezuelana no MERCOSUL, o periódico afirma que o suporte brasileiro à iniciativa foi resultado de “orientação (...) fantasiosa, alimentada por uma ilusão de liderança regional” (E1) por parte do Planalto. O uso de termos como “fantasiosa” e “ilusão” revelam por si próprias o discurso desqualificador de não racionalidade lançado sobre a posição oficial das administrações do PT. Além deste trecho, o editorial E6 enquadra o ingresso venezuelano como “marco dessa catarata ideológica da chancelaria brasileira durante os governos Lula e Dilma Rousseff”.

Nota-se que os marcadores textuais de responsabilização enunciativa estendem a atribuição do “erro grave” do ingresso venezuelano a todo o espectro político de esquerda, já que tal erro foi “cometido em 2012 pelo Brasil, Argentina e Uruguai, então governados por presidentes de esquerda” (E4). A refutação à Tese Anterior e a responsabilização da esquerda se mostra de forma muito contundente também quando o tema são as sanções. As recentes medidas contra a Venezuela seriam a superação do que é chamado de “entulho petista e bolivariano acumulado em 13 anos”, “grotesco projeto de tintura terceiro-mundista” (E5) e “ranço petista-kirchnerista” (E6). Em comparação à

Folha, *O Estado* explora os recursos de responsabilização mais predominantemente contra grupos políticos (de esquerda, no caso) que a indivíduos.

Refutada a Tese Anterior, os editoriais d'*O Estado* prosseguem na sequência argumentativa levantando dados e fatos em duas linhas principais. Uma das estratégias, parecida com a do jornal analisado anteriormente, foi a de alegar deficiências da democracia venezuelana como sustentação para a Conclusão de que o lugar da Venezuela não é no MERCOSUL. Em E3 e E6, os impasses políticos domésticos do país são apresentados por sequências narrativas e explicativas (bastante extensa em E3) semelhantes a uma notícia comum, se forma a gerar embasamento factual à proposição argumentativa. Os fatos levam à asserção de que a participação venezuelana no MERCOSUL gerará instabilidades e impasses adicionais na gestão do bloco. Outra estratégia importante de ser notada é a citação elogiosa ao chanceler Serra pela iniciativa atribuída a ele de pressionar o governo venezuelano e suspendê-lo do bloco em função do descumprimento de regras no prazo. *O Estado* claramente entende que isto legitimamente questiona o atual presidente Nicolás Maduro, “ou o país se enquadra nas condições do bloco ou simplesmente deixa de integrá-lo” (E5).

A enumeração e explicação de fatos tanto em torno das falhas democráticas venezuelanas como das normas descumpridas sustentam a Conclusão de que as sanções são justificadas, como mostra em E3 o enunciado “Sobram razões, portanto, aos que se recusam a entregar a presidência do MERCOSUL”. A sequência argumentativa desenvolvida pelo *O Estado* defende a Conclusão de que a presença de Caracas é negativa para o desenvolvimento do MERCOSUL e para os interesses do Brasil, colocando este ponto de vista na reivindicação de fundo dos editoriais, que é a de que o governo Temer retire os “entulhos” do passado (a tese refutada) e “resgate” (E6) o MERCOSUL. E5 posiciona uma sequência explicativa, cuja construção é feita para demonstrar relações de causa e efeito pelo conector “se” (Adam, 2011), que resume o chamado ao governo Temer “Se os governos forem capazes de conduzir essa mudança [revitalizar o bloco], o MERCOSUL entrará enfim no século 21”.

4.3 O Globo

O jornal com maior circulação no Brasil, *O Globo*, tampouco deixou de manifestar suas avaliações sobre a participação venezuelana no MERCOSUL. Igualmente contando com 5 publicações sobre a entrada ou as sanções contra o país, o periódico mostra

estruturas argumentativas semelhantes às d' *O Estado* na medida em que compartilha posicionamentos em relação às razões que permitiram a entrada da Venezuela e as justificativas do porquê tal participação é negativa. Assim como o jornal anterior, *O Globo* mostrou posicionamentos estáveis no sentido de continuamente rejeitar o país caribenho no grupo. À diferença daquele, no entanto, *O Globo* utilizou mais recursos sequenciais explicativos e narrativos que os demais (em G4 e G5, particularmente), mas sem deixar de apresentar a predominância da sequência argumentativa típica de editoriais.

Começando pelo primeiro componente da sequência, a Tese Anterior refutada pelo *O Globo* é semelhante às dos periódicos anteriores. Constrói-se uma crítica da visão governamental à época da administração Lula de que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL representaria ganhos econômicos singulares dada sua produção petrolífera, necessidade de importações e tamanho do Produto Interno Bruto. Em um momento claro de referência ao interdiscurso, o jornal cita diretamente o então chanceler Celso Amorim em G2, que argumentava que a os venezuelanos representariam um ganho de “valor econômico, estratégico e simbólico”. Ao refutar esta tese, os editoriais se ativeram, sobretudo, ao questionamento dos supostos ganhos econômicos. Mesmo que se reconheça a significância aparente das estatísticas, *O Globo* contra-argumenta levantando fatos denunciativos contra o governo venezuelano em termos sociais e políticos, problematizando o que chama de “números frios” (G1). Para isso, invoca marcadores de responsabilização que associam Chávez aos problemas do país ou mesmo marcadores enunciativos direcionados diretamente contra presidente, sendo que em G2 é explicitamente expresso que “o entrave não se chama Venezuela, mas Chávez”.

A argumentação representa Chávez como expoente do radicalismo, estatismo e populismo, além de ser fonte de perturbação diplomática. Tais características são mobilizadas pelo locutor a fim de lançar dúvidas sobre a disposição de investidores e governos estrangeiros em selar acordos com o MERCOSUL e, desta forma, introduzir a Conclusão de que o ingresso venezuelano no bloco é uma atitude equivocada. A passagem destes fatos para a Conclusão é ilustrada por um enunciado argumentativo em G1, no qual o periódico cita o fracasso da Rodada Doha e a perspectiva de negociações com União Europeia e afirma que “Não há, portanto, momento mais inoportuno do que este para o bloco abrir as portas a Chávez”. Em relação às sanções, a cláusula também é

invocada como instrumento válido de pressão em favor do desenvolvimento do bloco, adiantando-se em rejeitar contra-argumentações de ingerência indevida em assuntos internos da Venezuela.

Além da argumentação pragmática, *O Globo* recorre à normativa como os jornais anteriores. Longas sequências narrativas sobre os impasses políticos domésticos da Venezuela se combinam com a estrutura argumentativa central em G4 e G5 para fundamentar a asserção conclusiva de que a cláusula democrática do MERCOSUL deveria ser acionada. O governo do país é caracterizado como tendo “rasgos totalitários” (G4), o que é uma afirmação contundente mesmo com a ponderação de não o acusar categoricamente como tal. Como visto, as sequências narrativas d’*O Globo* apresentam diversas semelhanças com o d’*O Estado* ao firmemente se oporem à participação venezuelana no MERCOSUL, e partilham entre si as diferenças em relação às da *Folha*. A próxima subseção se dedica especialmente a salientar as diferenças e semelhanças entre os três jornais analisados.

4.4 Discussão

A análise textual permitiu apreender os principais componentes das sequências argumentativas postas por cada um dos casos de jornais selecionados. A partir desta descrição individual, é necessário retomar alguns pontos de forma a salientar as semelhanças e diferenças entre os casos, o que permitirá a visualização das variações de posicionamentos e argumentos, constituindo-se no ponto de partida para a pesquisa mais ampla sobre os discursos midiáticos nos editoriais dos veículos da grande imprensa escrita no Brasil em temas internacionais, no caso, a reação à entrada e às sanções à Venezuela no MERCOSUL. Isso é importante uma vez que, como comentado na segunda seção, as perspectivas em Análise do Discurso devem se ater não somente às características linguísticas do texto, mas também ao contexto extralinguístico e o interdiscurso que as faz possíveis.

Primeiramente, vale notar as semelhanças entre as sequências dos três periódicos. O primeiro ponto que chama a atenção é que todos sugerem uma atividade interdiscursiva com os posicionamentos oficiais do governo, seja o governo Lula ou Rousseff seja o governo Temer. No esquema proposto de análise das sequências, este interdiscurso foi captado pelo componente Tese Anterior, o que remete a outra constatação interessante. Os três jornais realizaram um diálogo altamente crítico em relação ao discurso dos

governos do PT, em especial Lula. A separação entre a importância do comércio com a economia venezuelana e o governo de Chávez e Maduro não foi aceito, uma vez eu tal Tese Anterior desencadeou contra-argumentos no sentido de que os benefícios econômicos da integração se ofuscariam diante das deficiências democráticas e sociais venezuelanas. Mesmo que em certos momentos a relevância do mercado venezuelano seja reconhecida, as condenações de Chávez e Maduro se mostram sempre textualmente superiores nas sequências.

Além disso, um argumento frequentemente mobilizado foi o da ideologização com viés de esquerda, que haveria retirado o pragmatismo da formulação de política externa sobre o MERCOSUL. Não é admitida qualquer possibilidade que haja racionalidade, em termos de interesses brasileiros, na Tese Anterior refutada de importância da incorporação venezuelana. A mobilização de argumentos pragmáticos e normativos por parte dos jornais apresentou pouca variação, notando-se apenas o predomínio dos normativos na *Folha* e um maior equilíbrio nos dois demais. De toda forma, as sequências convergiram para a mesma Conclusão quando se falou em entrada da Venezuela: ela não deveria ocorrer e urgia que o Congresso fizesse as mesmas considerações.

As Conclusões sobre a entrada venezuelana foram convergentes, mas este não foi o caso das sanções. E isto abre caminho para a discussão de importantes diferenças entre os jornais, especialmente as peculiaridades da *Folha*. Enquanto *O Estado* e *O Globo* se mantiveram firmes ao longo de todos os editoriais rechaçando qualquer possibilidade da participação venezuelana no MERCOSUL, isto é, demandando a rejeição da adesão e a aprovação das sanções (tanto não assumir a presidência rotativa quanto a suspensão), a *Folha* exprimiu argumentações com mais nuances que merecem atenção. Em primeiro lugar, este jornal foi o único a não apoiar as sanções, principalmente a suspensão, contra a Venezuela. Os editoriais prosseguiram a sustentar os argumentos normativos sustentados pelo levantamento de fatos e dados do regime político venezuelano, mas não aceitaram as justificações do governo Temer e seu chanceler Serra sobre o descumprimento das normas do bloco por parte de Caracas.

Além de qualificar esta justificativa como frágil, a *Folha* foi o único veículo que mobilizou argumentos ancorados nas tradições diplomáticas brasileiras de conciliação, mediação e diálogo, criticando dessa forma o que seria uma política de isolamento

contraproducente. Serra inclusive é acusado de manter ideologizada a política externa, o que seria indevido mesmo se em direção contrária à dita ideologização de Lula. As referências a Serra são nitidamente diferentes nos editoriais d’ *O Estado* e *O Globo*, nos quais Serra é exaltado, citado e em nenhum momento associado com um novo movimento ideologizador. Isso implica que a *Folha* foi, por consequência, o único veículo crítico a posicionamento oficial do governo brasileiro seja qual fosse sua vertente política, o que é provocador do ponto de vista de teorias em comunicação política que se dedicam ao estudo do comportamento *watchdog*⁷ da imprensa. Os meios de comunicação latino-americanos são geralmente categorizados como deficientes em seu papel de supervisão, mas tal peculiaridade da *Folha* em relação aos demais provoca este postulado.

De forma esquematizada, a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* podem ser sumarizados da seguinte forma:

Quadro 2 – Posições dos jornais				
Componente da sequência	Aspecto	Folha de S. Paulo	O Estado de S. Paulo	O Globo
Tese Anterior	Crítico ao governo Lula/Rousseff - entrada	Sim	Sim	Sim
	Crítico ao governo Temer - sanção	Sim	Não	Não
Dados e Fatos	Argumentos de ordem política	Sim	Sim	Sim
	Argumentos de ordem econômica	Não	Sim	Sim
	Argumentos de ordem diplomática	Sim	Não	Não
Conclusões	Favorável à Venezuela - entrada	Não	Não	Não
	Favorável à Venezuela - sanção	Sim	Não	Não

⁷ Cão de guarda, literalmente. Refere-se ao papel midiático de fiscalização e de questionamento das ações governamentais a fim de prevenir abusos, gerar deliberação social e contribuir para o funcionamento dos regimes democráticos.

	Estabilidade sobre o pertencimento da Venezuela	Não	Sim	Sim
Quadro elaborado pelo autor.				

Tais resultados preliminares suscitam indagações sobre quais razões levam a *Folha de S. Paulo* a adotar um discurso diferente dos demais em três pontos. São eles 1/ a estabilidade da posição crítica ao governo brasileiro, 2/ mobilização de argumentos diplomáticos (tradições da política externa brasileira) e 3/ estabilidade da posição sobre o pertencimento venezuelano ao MERCOSUL. A investigação aprofundada dos contextos extralinguísticos dos discursos e as relações interdiscursivas com discursos oficiais do governo brasileiro e outras forças políticas (como lideranças partidárias de situação e oposição) são as próximas etapas da investigação na qual nota de pesquisa se insere. O primado do interdiscurso na perspectiva de Maingueneau (2008) e a literatura especializada em jornalismo opinativo na imprensa brasileira (Melo, 2003) permitem o lançamento da hipótese de que as origens dos discursos textualmente analisados se encontram na interdiscursividade em relação aos discursos oficiais do governo, o que norteará os desenvolvimentos da pesquisa.

5. Comentários finais

Diante da centralidade da mídia como agente político nas sociedades atuais e a escassez de estudos dedicados a compreender sua atuação em política externa, bem como internacional, elegeu-se como objeto de pesquisa os discursos editoriais da grande imprensa brasileira – nomeadamente os editoriais dos periódicos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – sobre o tema externo mais politicamente controverso nos últimos tempos no Brasil: a trajetória venezuelana no MERCOSUL, particularmente seu ingresso e as sanções que sofreu. Constrói-se a pesquisa sobre a perspectiva do discurso e do método da linguística textual em razão do entendimento de que oferecem o melhor pacote teórico-metodológico para apreender a complexidade da linguagem, tendo este trabalho se focado particularmente na análise exploratória da superfície linguística dos conteúdos editoriais.

Esta nota de pesquisa pretendeu mostrar os avanços preliminares da pesquisa mais ampla em desenvolvimento, cujos próximos passos são aprofundar os achados

contextuais e as análises das argumentações dos discursos políticos em embate, de forma a verificar como estes interdiscursivamente constituem os discursos midiáticos. Percebe-se, preliminarmente, que o discurso da imprensa acompanha os desenvolvimentos contextuais e majoritariamente endossa uma corrente política particular de interpretação do tema: a de que a ingresso da Venezuela foi inadequado e de que sua suspensão é justificada. Fica, no entanto, a peculiaridade da *Folha de S. Paulo*, que apresenta posicionamento instável em relação a Caracas e diferenciado em relação aos demais periódicos.

6. Referências

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. Cortez, 2008.

AGÊNCIA BRASIL. **Serra: Venezuela entrou no Mercosul por golpe e não pode assumir a presidência**. 2016a. Publicado em 17/08/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/serra-venezuela-entrou-no-mercosul-por-golpe-e-nao-pode-assumir-presidencia>>.

AGÊNCIA BRASIL. **Serra confirma suspensão da Venezuela do Mercosul**. 2016b. Publicado em 02/12/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-12/serra-confirma-suspensao-da-venezuela-do-mercosul>>.

ARCE, Anatólio Medeiros; DA SILVA, Marcos Antonio. Venezuela e MERCOSUL: uma inserção via Brasil?. **Conjuntura Austral**, v. 3, n. 12, p. 61-85, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Os maiores jornais do Brasil em circulação paga, por ano**. Ano 2015.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

BARBOSA, Rubens. A política externa do Brasil para a América do Sul e o Ingresso da Venezuela no Mercosul. **Interesse nacional**, p. 11-21, 2008.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Sulina, ARI, 1980.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, p. 19-44, 2012.

BRICEÑO-RUIZ, José. O Mercosul na política de integração de Venezuela. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 77-96, 2010.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. A mídia e a política externa no Brasil de Lula. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 211-236, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

COHEN, Bernard Cecil. **Press and foreign policy**. Princeton University Press, 2015.

DE LIMA, Venício Artur. **Mídia: teoria e política**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: Mass media in the making & unmaking of the new left**. Univ of California Press, 1980.

GOLDZWEIG, Rafael Schmuziger. A Entrada Da Venezuela No Mercosul: Análise Dos Aspectos Políticos E Econômicos. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 02-29, 2013.

IYENGAR, Shanto; KINDER, Donald R. **News that matters: Television and American opinion**. University of Chicago Press, 2010.

LAFER, Celso. Descaminhos do Mercosul—a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira. **Política Externa.**, v. 21, n. 3, 2013.

LE, Elisabeth. **Editorials and the power of media: Interweaving of socio-cultural identities**. John Benjamins Publishing, 2010.

LIRA, Gabriel de Ferreira Lopes. **A mídia brasileira e a entrada da Venezuela no Mercosul: uma análise sobre a visão da Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo**. 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Parábola, 2015.

- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Parábola, 2008.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.
- MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, v. 6, n. 55, p. 155-184, 2002.
- MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 11, 2013.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Editora Pontes. 2009.
- PALÁCIO DO PLANALTO. Mercosul é a principal fonte de superávit comercial do Brasil. 17 Jul. 2015. Disponível em:
<<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/07/mercosul-e-principal-fonte-de-superavit-comercial-do-brasil>>. Acesso em 20 Dez. 2016.
- PIMENTA DE FARIA, Carlos Aurélio. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008.
- PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, p. 259-290, 2002.
- RUIZ, Fernando. Fronteiras em movimento: caos e controle na relação entre a mídia e os políticos na América Latina. **Poder político e meios de comunicação**, p. 15, 2010.
- RIOS, Sandra; MADURO, Lucia. A adesão da Venezuela ao Mercosul. **Cadernos Adenauer** v. 1, Ano VIII, 2007.
- SCHEUFELE, Dietram A.; TEWKSBURY, David. Framing, agenda setting, and priming: The evolution of three media effects models. **Journal of communication**, v. 57, n. 1, p. 9-20, 2007.

SOROKA, Stuart et al. Mass media and policymaking. **Routledge Handbook of the Policy Process**, p. 204-214, 2012.

SOROKA, Stuart N. Media, public opinion, and foreign policy. **Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 8, n. 1, p. 27-48, 2003.

TERUCHKIN, Sônia Unikowsky. Ampliação do Mercosul: a adesão da Venezuela. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 34, n. 3, p. 45-50, 2006

TUCHMAN, Gaye. **Making news: A study in the construction of reality**. 1978.

URIBE, Rodrigo; GUNTER, Barrie. Research note: The tabloidization of British tabloids. **European Journal of Communication**, v. 19, n. 3, p. 387-402, 2004.

WEILAND, Cristhofer. O papel econômico e político do Mercosul como estratégia para a inserção internacional brasileira. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 3, n. 1, p. 93-114, 2015.

6.1 Editoriais

▪ Folha de S. Paulo

A última de Chávez. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 jul. 2007. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0507200702.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Convite ao tumulto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2009. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3010200901.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Impasse no Mercosul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2016. Editorial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/07/1790756-impasse-no-mercosul.shtml#_>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Novo tom no Mercosul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2016. Editorial. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/09/1813770-novo-tom-do-mercosul.shtml>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

O melhor é dizer não. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2007. Editorial. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2511200701.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Pés de barro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2006. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0607200601.htm>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Sem rumo no Mercosul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 aug. 2012. Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaof58137-sem-rumo-no-mercosul.shtml>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

- **O Estado de S. Paulo**

A Venezuela e o Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 dez. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opiniaof.estadao.com.br/noticias/geral,a-venezuela-e-o-mercosul,10000092240>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Mercosul bolivariano. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 mai. 2009. Editorial. Disponível em: <<http://opiniaof.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-bolivariano,365489>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Mercosul livre de Maduro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 set. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opiniaof.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-livre-de-maduro,10000076081>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

O desmonte do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06 jul. 2012. Editorial. Disponível em: <<http://opiniaof.estadao.com.br/noticias/geral,o-desmonte-do-mercosul-imp-,896656>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Uma chance para o Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 out. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opiniaof.estadao.com.br/noticias/geral,uma-chance-para-o-mercosul,10000083451>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Um claro não a Maduro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 aug. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://opiniaof.estadao.com.br/noticias/geral,um-claro-nao-a-maduro,10000069725>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

- **O Globo**

Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jul. 2016. Editorial. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/editoriais/noticia/2016/07/brasil-e-argentina-aumentam-pressao-sobre-maduro.html>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Hora inadequada. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 28 jul. 2006. Editorial. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/401694/noticia.htm?sequence=1>>.

Acesso em 12 Dez. 2016.

Desagregador. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 04 mai. 2009. Editorial. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/410321/noticia.htm?sequence=1>>.

Acesso em 12 Dez. 2016.

Mercosul deve mesmo pressionar a Venezuela. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 21 jul.

2016. Editorial. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/mercosul-deve-mesmo-pressionar-venezuela-19754623>>. Acesso em 12 Dez. 2016.

Venezuela entra pela janela no Mercosul. **Biblioteca do Senado**, Brasília, 31 jul. 2012.

Editorial. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/433295/noticia.htm?sequence=1>>.

Acesso em 12 Dez. 2016.